



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

07/11/2014 ATÉ 07/11/2014



INDÍCE

1	BLOG ALDIR DANTAS	
	1.1 PARCERIAS.....	1
2	BLOG DO CLODOALDO CORRÊA	
	2.1 AÇÕES TJMA.....	2
3	BLOG LUÍS CARDOSO	
	3.1 PARCERIAS.....	3
4	BLOG RANDYSON LAÉRCIO	
	4.1 PARCERIAS.....	4
5	O IMPARCIAL ONLINE	
	5.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	5
6	SINDJUS	
	6.1 SINDJUS.....	6
7	SITE 180 GRAUS	
	7.1 COMARCAS.....	7
	7.2 JUÍZES.....	8
	7.3 PARCERIAS.....	9
	7.4 SEM ASSUNTO.....	10
	7.5 VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	11
8	SITE IDIFUSORA	
	8.1 JUIZADOS ESPECIAIS.....	12
9	SITE JUSBRASIL	
	9.1 AÇÕES TJMA.....	13
	9.2 CURSOS.....	14
	9.3 DECISÕES.....	15
	9.4 JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
	9.5 JUÍZES.....	17
	9.6 PLANTÃO NO TJMA.....	18

Ministério Público e Tribunal de Justiça vão realizar Ação de Combate à Corrupção

O Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça do Maranhão firmaram parceria nesta quinta-feira, 6, para a realização da Ação Estadual de Combate à Corrupção no próximo dia 9 de dezembro. Em reunião com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, a proposta foi apresentada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e pelo corregedor-geral do Ministério Público, Suvamy Vivekananda Meireles. Também participou da reunião a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça, Fabíola Fernandes Ferreira.

Nessa data, em todas as comarcas do estado será agendada uma pauta de julgamentos e/ou audiências de instrução de processos cíveis e criminais por prática de atos de improbidade, crimes de corrupção e desvio de verbas públicas.

Regina Rocha explicou que a iniciativa busca atender a um clamor da sociedade, que exige atitudes mais efetivas e céleres de combate à corrupção. “É uma ação de grande repercussão para a sociedade e está em consonância com recomendações dos Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público para o cumprimento das metas 4 e 18 do Poder Judiciário”, acrescentou.

As metas citadas preveem o esforço dos tribunais para garantirem mais agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, como a corrupção.

A presidente do Tribunal de Justiça apoiou a ideia e, de imediato, determinou à Diretoria Judiciária do órgão que faça um levantamento de todos os processos que tramitam no Judiciário maranhense relacionados à corrupção e outros crimes contra a administração pública.

Cleonice Freire disse que a providência vai subsidiar a orientação que o Tribunal deve adotar para que os membros da magistratura marquem para o dia 9 de dezembro o julgamento desses processos.

No ofício em que os dirigentes do Ministério Público encaminham a proposta de parceria ao Tribunal de Justiça, consta a informação de que a data foi escolhida por ser o dia exato em que a Organização das Nações Unidas assinou a Convenção contra a Corrupção em 2003. Ratificada por 171 países e em vigor desde 2005, a convenção objetiva fortalecer a cooperação internacional para ampliar a prevenção e o combate à corrupção em todo o mundo. Além disso, em 9 de dezembro de 2015, estão programados ações e eventos para marcar o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

(CCOM-MPMA)

TJ e MP farão Ação de combate à corrupção no início de dezembro

Justiça do Maranhão é a que menos pune em processos de corrupção|

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Ministério Público estadual anunciaram uma parceria institucional firmada nesta quinta-feira (06) com o objetivo de realizar a "Ação Estadual de Combate à Corrupção", no dia 9 de dezembro deste ano, quando se comemora o "Dia Internacional de Combate à Corrupção". Na data, a pauta de audiências da Justiça estadual seja destinada ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

No documento assinado, o Ministério Público informa que a corrupção é o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social na atualidade. Todos os anos, cerca de 2,6 trilhões de dólares são roubados pela corrupção, o equivalente a mais de 5% do Produto Interno Bruto mundial.

A medida é adotada uma semana após dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelarem que o Maranhão é o estado que menos pune em processos de corrupção. O Tribunal de Justiça do Maranhão informou ao CNJ ter julgado de janeiro a julho deste ano 1.030 processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública iniciados até dezembro de 2012 e decidido pela condenação em 33 deles - taxa de 3%.

A iniciativa tem como foco promover o julgamento das ações de combate à corrupção que tramitação na Justiça estadual de 1º e 2º graus.

O esforço conjunto dos operadores da Justiça vai contribuir para o cumprimento das metas 4 e 18 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda o esforço das cortes estaduais para acelerar o julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

Judiciário e Ministério Público articulam "Ação Estadual de Combate à Corrupção"

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, assinou termo da parceria com o Ministério Público|

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Ministério Público estadual firmaram parceria institucional, nesta quinta-feira (06), com o objetivo de realizar a "Ação Estadual de Combate à Corrupção", no dia 9 de dezembro deste ano.

Nessa data, dedicada ao "Dia Internacional de Combate à Corrupção", a recomendação da presidência do TJMA é de que a pauta de audiências da Justiça estadual seja destinada ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

O termo da parceria foi assinado entre a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a Procuradora Geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

No documento, o Ministério Público informa que a corrupção é o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social na atualidade. Todos os anos, cerca de 2,6 trilhões de dólares são roubados pela corrupção, o equivalente a mais de 5% do Produto Interno Bruto mundial.

"Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário", disse a presidente do TJMA

A procuradora geral de Justiça ressaltou que a iniciativa tem como foco promover o julgamento das ações de combate à corrupção que tramitação na Justiça estadual de 1º e 2º graus.

"O combate à corrupção é a grande cobrança feita pela sociedade à Justiça. Atualmente temos várias investigações em andamento e no dia 9 de dezembro pretendemos dar celeridade a esses processos", ressaltou a chefe do MP.

Conforme levantamento feito pela coordenadoria judiciária, só existe um processo dessa natureza pendente de julgamento no Tribunal de Justiça.

Metas

O esforço conjunto dos operadores da Justiça vai contribuir para o cumprimento das metas 4 e 18 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda o esforço das cortes estaduais para acelerar o julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

A diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do Ministério Público, promotora Fabíola Fernandes Ferreira, informou que os procuradores e promotores de Justiça deverão atuar em conjunto com os magistrados, em todos os atos processuais onde é requerida a presença do Ministério Público estadual.

O dia 9 de dezembro foi escolhida por ter sido nessa data, no ano de 2003, que as Nações Unidas assinaram a Convenção contra a Corrupção, ratificada por 171 países, com o objetivo fortalecer a cooperação para ampliar a

prevenção e o combate à corrupção.

As informações são do TJMA

MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE JUSTIÇA VÃO REALIZAR AÇÃO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

O Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça do Maranhão firmaram parceria nesta quinta-feira, 6, para a realização da Ação Estadual de Combate à Corrupção no próximo dia 9 de dezembro. Em reunião com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, a proposta foi apresentada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e pelo corregedor-geral do Ministério Público, Suvamy Vivekananda Meireles. Também participou da reunião a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça, Fabíola Fernandes Ferreira.

Nessa data, em todas as comarcas do estado será agendada uma pauta de julgamentos e/ou audiências de instrução de processos cíveis e criminais por prática de atos de improbidade, crimes de corrupção e desvio de verbas públicas.

Regina Rocha explicou que a iniciativa busca atender a um clamor da sociedade, que exige atitudes mais efetivas e céleres de combate à corrupção. "É uma ação de grande repercussão para a sociedade e está em consonância com recomendações dos Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público para o cumprimento das metas 4 e 18 do Poder Judiciário", acrescentou.

As metas citadas preveem o esforço dos tribunais para garantirem mais agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, como a corrupção.

A presidente do Tribunal de Justiça apoiou a ideia e, de imediato, determinou à Diretoria Judiciária do órgão que faça um levantamento de todos os processos que tramitam no Judiciário maranhense relacionados à corrupção e a outros crimes contra a administração pública.

Cleonice Freire disse que a providência vai subsidiar a orientação que o Tribunal deve adotar para que os membros da magistratura marquem para o dia 9 de dezembro o julgamento desses processos.

No ofício em que os dirigentes do Ministério Público encaminham a proposta de parceria ao Tribunal de Justiça, consta a informação de que a data foi escolhida por ser o dia exato em que a Organização das Nações Unidas assinou a Convenção contra a Corrupção em 2003. Ratificada por 171 países e em vigor desde 2005, a convenção objetiva fortalecer a cooperação internacional para ampliar a prevenção e o combate à corrupção em todo o mundo. Além disso, em 9 de dezembro de 2015, estão programados ações e eventos para marcar o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Comunidade da Cidade Operária se mobiliza para a Semana da Conciliação Itinerante

Líderes comunitários e representantes do Distrito da Cidade Operária estiveram reunidos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Luiz de Almeida, e o coordenador, juiz Alexandre Abreu, para definir estratégias de divulgação e formas de atuação na 2ª Semana de Conciliação Itinerante, que acontecerá de 24 a 28 de novembro, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

No local, o Judiciário instalará postos de atendimento à população, beneficiando 140 mil habitantes de 21 bairros daquele distrito. O objetivo é estimular a negociação de conflitos apresentados pelos interessados.

Nas sessões de conciliação, poderão ser resolvidas questões como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça ou ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UEMA.

O agendamento do atendimento está sendo realizado de forma presencial no CRAS da Cidade Operária, até o dia 18 de novembro, das 8h às 18h. "O solicitante da audiência será responsável pela entrega de carta-convite à outra parte envolvida na questão. Nos demais casos, presentes as partes interessadas no registro de acordo, as solicitações de audiências serão devidamente atendidas", explicou o juiz Alexandre Abreu.

Durante a reunião, realizada no CRAS da Cidade Operária, o desembargador José Luiz destacou que a ideia é unir esforços com as lideranças locais com o propósito de mobilizar um grande número de pessoas a serem beneficiadas.

"Levar a prestação jurisdicional até o cidadão é o meio mais eficaz de aproximá-lo da justiça. Estamos convidando a sociedade para conhecer melhor o Judiciário e, assim, alcançarmos a pacificação social por meio do diálogo e da conciliação. Para isso, precisamos do apoio de todos - instituições, empresas e, principalmente do cidadão", enfatizou o desembargador.

Para a coordenadora do CRAS Cidade Operária, a assistente social Mariana Coelho, a iniciativa é, acima de tudo, uma ação de cidadania e de divulgação do Judiciário. "Por se tratar de uma área bastante populosa, carente e de grande vulnerabilidade, muitos nunca buscaram os serviços da justiça, talvez por falta de conhecimento dos seus direitos", pontuou.

SERVIÇOS - Além das sessões, a população terá acesso à orientação jurídica para identificar a forma mais fácil de resolução do conflito. Haverá perícias médicas, agendamento de exame de DNA, atendimentos feitos pelas empresas e instituições parceiras e informações sobre inclusão em programas sociais.

Durante a semana, órgãos e instituições parceiras, tais como: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caema, Cemar, Oi/Telemar, Tim, Seguradora Líder e Município de São Luís, estarão à disposição da população para promover negociação.

Orientações sobre direitos - jurídicos e sociais - dos cidadãos serão fornecidas pelo Ministério Público, Defensoria Pública, pela SEMCAS e Escritório-Escola da UEMA.

Além dos parceiros já confirmados com o Tribunal de Justiça, outras empresas e entidades que tiverem interesse na formação de parceria para fortalecimento do movimento pela conciliação poderão participar do evento, solicitando sua inclusão por intermédio do Núcleo de Conciliação, pelo email: conciliar@tjma.jus.br ou telefones: (98) 3194.5676 e 3261.6280.

BAIRROS - A ação beneficiará os moradores dos bairros do Distrito da Cidade Operária: Apaco, Caixa Baixa, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Geniparana, J. Lima, Jardim América, Jardim São Cristóvão, Jardim Tropical, Maiobinha, Muro Quebrado, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Regional 13, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Vila Flamengo, Vila Kiola e Vila Operária e outros.

Mais informações podem ser obtidas pelo Telejudiciário, que atende pelo 0800-707 1581 (ligação gratuita).

Sindjus-MA quer audiência com a Presidente Cleonice Freire para tratar de demandas dos servidores do TJMA

7/11/2014 | 17:39

A audiência é para tratar em caráter de urgência da quitação dos retroativos dos 21,7% para os servidores sindicalizados e do pagamento das Perdas Inflacionárias de 4,3%, bem como de seus respectivos retroativos. A audiência é para tratar em caráter de urgência da quitação dos retroativos dos 21,7% para os servidores sindicalizados e do pagamento das Perdas Inflacionárias de 4,3%, bem como de seus respectivos retroativos.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), nesta sexta-feira (07/11), através de telegrama, solicitou audiência particular com a Presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), Desembargadora Cleonice Freire, para tratar em caráter de urgência da quitação dos retroativos dos 21,7% para os servidores sindicalizados e do pagamento das Perdas Inflacionárias de 4,3%, bem como de seus respectivos retroativos, na folha de salário de novembro/2014.

A audiência foi solicitada pelo Presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins, e tem por objetivo garantir pessoalmente da Presidente Cleonice Freire, o pagamento desses valores devidos aos servidores do judiciário maranhense ainda na folha de pagamento de novembro/2014. “Não vamos aceitar reunião com o Diretor Geral do TJMA, Heberth Leite, para dele ouvir dizer que não previsão para pagamento dos direitos dos trabalhadores. A audiência precisa ser com quem tem poder efetivo de decisão. Portanto, só nos interessa tratar desses pleitos da mais alta relevância e do interesse dos servidores com a própria Presidente do Tribunal, Desembargadora Cleonice Freire. Queremos saber dela própria se os retroativos dos 21,7% e as Perdas Inflacionárias de 4,3% serão pagas agora em novembro/2014, ou não”, disse Aníbal Lins.

Assembleia Geral Extraordinária

No sábado, 08/11, o Sindjus-MA realizará Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o indicativo de Greve Geral dos servidores do Tribunal de Justiça, caso o pagamento dos retroativos dos 21,7% e das Perdas Inflacionárias de 4,3% não sejam garantidos pela administração na folha de salário de novembro/2014. “A proposta do Sindjus-MA é que seja dado o prazo até a próxima quarta-feira (12/11), para que a Presidente Cleonice Freire garanta o direito dos trabalhadores na folha de novembro, caso contrário a nossa orientação é pela retomada do movimento grevista em todas as comarcas do Estado, a partir da próxima quinta-feira (13/11)”, declarou Aníbal Lins.

A Assembleia será realizada na Associação Comercial do Maranhão, Centro de São Luís, a partir das 9h, quando a categoria terá um encontro marcado com a diretoria do Sindjus-MA e receberá todas as informações para a solução desse impasse.

Comarca de Timbiras tem novo juiz

Alessandro Arrais Pereira é o novo juiz titular de Timbiras, comarca de entrância inicial, a 309 Km de São Luís. Removido pelo critério de merecimento, ele foi empossado nesta quinta-feira (6) pela presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, que desejou sucesso ao magistrado na nova comarca.

Removido pelo critério de merecimento, Alessandro Arrais está na magistratura desde abril de 2010. Iniciou a carreira como juiz substituto da comarca de Porção de Pedras, atuando em 16 comarcas do Estado.

Foi titularizado, em agosto de 2011, na comarca de Arame, sendo removido, um mês depois, para Riachão, onde exerceu as atividades judicantes durante três anos.

Magistrados participam de Encontro Nacional da Infância e Juventude em Porto Alegre

Com o objetivo de desenvolver políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes e buscar soluções por meio do compartilhamento de experiências, magistrados atuantes na área do Direito da Infância e Juventude reúnem-se no VI Encontro Nacional de Magistrados da Infância e Juventude, em Porto Alegre (RS), até o dia 7 de novembro.

Participam do encontro, os juízes e membros da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), Karla Jeane Matos de Carvalho (2ª Vara de Coelho Neto), José dos Santos Costa (2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís), José Afonso Bezerra de Lima (9ª Vara Criminal de São Luís) e Simeão Pereira e Silva (2ª Vara de Família de Timon).

Judiciário e Ministério Público articulam Ação Estadual de Combate à Corrupção

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Ministério Público estadual firmaram parceria institucional, nesta quinta-feira (06/11), com o objetivo de realizar a “Ação Estadual de Combate à Corrupção”, no dia 9 de dezembro deste ano. Nessa data, dedicada ao “Dia Internacional de Combate à Corrupção”, a recomendação da presidência do TJMA é de que a pauta de audiências da Justiça estadual seja destinada ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

O termo da parceria foi assinado entre a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a Procuradora Geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

Legislativo aprova projeto que altera o Código de Organização do Poder Judiciário

O Projeto de Lei Complementar N° 006/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que altera dispositivo do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lei Complementar N° 14, de 17 de dezembro de 1991) foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Maranhão.

O projeto - encaminhado à Assembleia Legislativa pela Mensagem 02/2014 - foi aprovado com parecer favorável acatado sob a forma de substitutivo oferecido pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Orçamento e Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho.

2ª Vara da Infância - cidadania de adolescentes e jovens é tema de audiência pública

“A importância da comunidade na construção da cidadania de adolescentes e jovens” é o tema da audiência pública que a 2ª Vara da Infância e da Juventude da capital, em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS, promove na próxima terça-feira (11), a partir das 14h, na Associação das Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi (Rua 10, nº 150, São Francisco). Preside o evento o juiz titular da Vara, José dos Santos Costa.

Defensoria Pública, Ministério Público (através da 37ª Promotoria da Infância e Juventude - PIJ) e Centros de Referência e Assistência Social do Centro, São Francisco e Liberdade apoiam a iniciativa.

Falta de internet prejudica atividades do 10º Juizado Cível

O 10º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís, está enfrentando algumas dificuldades em relação a falta de internet. De acordo com a juíza da unidade, Eugênia Neves, desde o dia 20 de outubro o Juizado está com problema no link de internet da operadora Oi.

De acordo com o assessor de Informática da Corregedoria da Justiça, Paulo Neto, o prazo para o restabelecimento do serviço dado pela Oi venceu às 18h da última quarta-feira (05), mas até esta sexta-feira (07) o problema não foi solucionado. A interrupção no serviço de informática impossibilita a realização das audiências de julgamento, que depende dos sistemas de informática, com base na internet, para funcionar.

Apesar de todo o problema, o atendimento ao cidadão continua sendo prestado. De acordo com a juíza, que não suspendeu as atividades, todos os atos que não dependem de sistema estão sendo realizados, mas o prejuízo para o cidadão é enorme, uma vez que as audiências não acontecem.

O Judiciário maranhense vem enfrentando problemas constantes com serviços de telefonia e internet prestados no Estado. Em diversas comarcas o problema se repete, seja pela falta de internet ou de sinal de telefone (móvel ou fixo). O maior prejudicado pela má prestação dos serviços são os cidadãos, que buscam no Judiciário uma resposta para seus anseios.

Publicado em 07-11-2014 13:42:56.share' class='twitter-share-button' data-via='idifusoraCom' data-lang='pt'>Tweeter

Legislativo aprova projeto que altera o Código de Organização do Poder Judiciário

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

O TJMA encaminhou o projeto pela Mensagem 02/2014 (Foto;Ribamar Pinheiro)

O Projeto de Lei Complementar Nº 006/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que altera dispositivo do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lei Complementar Nº 14, de 17 de dezembro de 1991) foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Maranhão.

O projeto encaminhado à Assembleia Legislativa pela Mensagem 02/2014 foi aprovado com parecer favorável acatado sob a forma de substitutivo oferecido pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Orçamento e Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho.

De acordo com o PLC, as férias dos desembargadores e juízes de direito não poderão ser gozadas, em nenhuma hipótese, por período inferior a quinze dias. Na magistratura de entrância, antes do provimento inicial ou da promoção por antiguidade ou merecimento será facultada a remoção.

A ocorrência de vaga na entrância inicial que caiba remoção ou de vaga nas entrâncias intermediárias ou final a serem preenchidas pelos critérios de antiguidade ou de merecimento deverá ser divulgada por meio de edital, para que os juízes interessados possam requerer remoção no prazo de cinco dias. (Com informações da Agência Assembleia)

Diretoria do Fórum de Caxias promove capacitação

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

A Diretoria do Fórum da Comarca de Caxias em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) vai promover capacitação na área jurídica para os servidores. O curso Ritos Processuais Cíveis terá como foco as temáticas: Rito Ordinário, Rito Sumário e Ritos Especiais.

De acordo com informações do fórum caxiense, será ministrado pela professora Francisca Meire, advogada especialista em Direito Público e Professora de Direito Civil. A carga horária da capacitação é de 20h, e o treinamento acontece de 1º a 5 de dezembro no horário de 08:00 às 12:00h.

Ainda segundo informações a diretoria do fórum, servidores lotados nas comarcas que fazem parte do Pólo de Caxias também podem realizar o curso. Inscrições e informações na Diretoria do Fórum. A idealização do treinamento partiu da Diretoria do Fórum de Caxias.

A diretoria elaborou um questionário direcionado e aplicado aos servidores e, a partir daí, descobriu em que áreas necessitavam de capacitação. A proposta do curso foi apresentada à ESMAM que apoiou a iniciativa e providenciou a contratação do ministrante e deu todo apoio material.

Sobre os temas O Rito ordinário é o rito "remanescente", ou seja, aplicável sempre que a lei não especificar um rito especial para determinado processo judicial. Não há quantidade mínima de salários para esse rito.

Sobre o rito sumário, é aplicável em duas hipóteses diferentes: Às causas, de qualquer espécie, cujo valor não seja superior à 60 salários mínimos; E às causas, independente do valor (pode ser até superior a sessenta salários) que envolvam as matérias relacionadas no art. 275, II do Código de Processo Civil:

a) de arrendamento rural e de parceria agrícola; b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio; entre outros.

O rito especial versa normalmente sobre matérias não complexas. Para se enquadrar neste rito é necessário que o valor da demanda não exceda a 40 vezes o valor do salário mínimo.

Banco terá que indenizar mulher que perdeu talão de cheques

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 dia atrás

O Banco Bradesco terá que pagar indenização a uma mulher que teve extraviado um talão de cheques. A autora, cliente do banco, afirmou na ação que tinha em sua posse um talonário de cheques, o qual utilizava para fazer transações comerciais. E segue dizendo que teve extraviado o seu último talão de cheques, tendo a prudência de proceder ao processo de sustação dos mesmos estando entre tais os de numeração 113 e 115, e que por conduta negligente do preposto do requerido, vem tendo uma série de prejuízos. A decisão é da 2ª Vara da Comarca de Santa Inês.

Na ação, a parte autora alega que assim que percebeu ter perdido os cheques 113 e 115 comunicou ao banco, tendo este inclusive emitido em 28/03/2012 o comunicado de sustação de cheques, a fim de evitar maiores prejuízos a autora. Mesmo assim, a mulher foi surpreendida com seu nome inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) em razão da devolução sem fundos dos cheques 113 e 115, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada.

Segue a autora da ação que o cheque de n.º 114, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) foi compensado em 21/05/2012, apesar de ela também ter sustado o mesmo, sendo que esta quantia de dois mil reais era destinada ao pagamento de outra dívida da requerente. Informa, por fim, que teve dois cheques clonados (n.º 135 e 144), onde o primeiro, apesar de já ter sido devolvido sem provisão de fundos, ainda continua intacto no talão em que a autora tem a posse.

Já o de n.º 144 nem ao menos foi expedido e disponibilizado pelo banco à autora, porém, segundo se denota no extrato da conta corrente da requerente, o mesmo já foi apresentado e devolvido sem fundos. A autora requereu ao fim que seja deferida a tutela antecipada no sentido de instar que a instituição requerida retire urgentemente seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.

Devidamente citado, o banco requerido ofertou contestação, onde afirma que a tese colocada pela parte autora se encontra desprovida de qualquer fundamento jurídico e contraria, à evidência, a farta e consagrada doutrina, jurisprudência e legislação de regência, motivo pelo qual aguarda que seja a presente ação julgada improcedente, pela ausência de constrangimento.

Ao final, a Justiça julgou procedente o pedido para condenar o requerido ao pagamento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de reparação material e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de compensação moral à parte autora, valor entendido como razoável e proporcional, levando em consideração os cheques que originaram a negativação e os incômodos sofridos pela autora, além das condições econômicas das partes e o caráter punitivo e compensatório da sanção.

Falta de internet prejudica atividades do 10º Juizado Cível

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

O 10º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís, que funciona na Faculdade Pitágoras (antiga Fama), está com suas atividades prejudicadas pela falta de internet. De acordo com a juíza da unidade, Eugênia Neves, desde o dia 20 de outubro o Juizado está com problema no link de internet da operadora Oi.

De acordo com o assessor de Informática da Corregedoria da Justiça, Paulo Neto, o prazo para o restabelecimento do serviço dado pela Oi venceu às 18h da última quarta-feira (05), mas até esta sexta-feira (07) o problema não foi solucionado. A interrupção no serviço de informática impossibilita a realização das audiências de julgamento, que depende dos sistemas de informática, com base na internet, para funcionar.

Apesar de todo o problema, o atendimento ao cidadão continua sendo prestado. De acordo com a juíza, que não suspendeu as atividades, todos os atos que não dependem de sistema estão sendo realizados, mas o prejuízo para o cidadão é enorme, uma vez que as audiências não acontecem.

Prejuízo O Judiciário maranhense vem enfrentando problemas constantes com serviços de telefonia e internet prestados no Estado. Em diversas comarcas o problema se repete, seja pela falta de internet ou de sinal de telefone (móvel ou fixo). O maior prejudicado pela má prestação dos serviços são os cidadãos, que buscam no Judiciário uma resposta para seus anseios.

Juiz Fernando Mendonça será palestrante no 67º Encontro de Corregedores

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

O juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, vai abordar o tema O Monitoramento das Medidas Alternativas à Prisão e da Execução das Penas no 67º Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge). O magistrado também compõe a Central de Inquiridos de São Luís e é um dos juízes que participam ativamente dos debates em torno da melhoria do sistema prisional maranhense. A programação completa pode ser consultada no endereço eletrônico www.tjba.jus.br/encoge67.

O Encoge acontece na Cidade de Salvador, no período de 12 a 14 da próxima semana e tem como tema Desafios e perspectivas para uma Justiça célere e acolhedora. A cerimônia de abertura será realizada a partir das 19h do dia 12, no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, e os trabalhos acontecem no Sheraton Hotel nos dias 13 e 14. O Encoge de Salvador contará com a presença da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, que abrirá os trabalhos do Encontro e também será palestrante.

O Encontro de Corregedores acontece a cada quatro meses e reúne corregedorias de todo país. O evento se constitui como uma oportunidade para a troca de experiências, que possibilita a adoção de procedimentos uniformes que resultam em mais celeridade dos serviços judiciais. A última reunião do Colégio aconteceu no mês de agosto, na cidade de São Paulo (SP).

Desembargador Joaquim Figueiredo é o plantonista do TJMA até domingo

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Desembargador Joaquim Figueiredo atenderá as demandas de caráter urgente

O desembargador Joaquim Figueiredo responde pelo plantão de 2º grau até domingo (09), conforme portaria 783/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são José Marciano Pereira e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTAO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados inclusive os de ponto facultativo entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.